

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – FACULDADE DE  
EDUCAÇÃO  
PROGRAMA NACIONAL ESCOLA DE GESTORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR – 4ª Edição**

**Sala de Apoio à Aprendizagem: (re) significando esse espaço**

Silvana Castilhos Steyer

Caxias do Sul  
2015

Silvana Castilhos Steyer

**Sala de Apoio à Aprendizagem: (re) significando esse espaço**

Relatório Analítico Final do Projeto de Intervenção (PI) desenvolvido no âmbito da Sala Ambiente Projeto Vivencial, do Curso de Especialização em Gestão Escolar, na modalidade a distância, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Professor: Gregório Durlo Grisa

CAXIAS DO SUL  
2015

## RESUMO

Este trabalho de conclusão apresenta reflexões a partir da experiência na realização do Curso de Especialização em Gestão Escolar oportunizado pela Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – FACED/UFRGS na modalidade a distância, voltado à formação continuada de gestores das redes municipais e estaduais do Rio Grande do Sul. O presente relatório trata de analisar as ações do Projeto de Intervenção que teve como foco a Sala de Apoio Pedagógico da Escola Estadual de Ensino Fundamental Monsenhor Armando Teixeira no município de São Francisco de Paula. Teve como objetivo principal analisar que significados os alunos com dificuldade de aprendizagem atribuem à sala de apoio pedagógico. Para tal estudo, elencaram-se alguns autores: Luce e Medeiros (2006), Veiga (2013), Cury (2007), Barbosa (2006), Tristão (2006), Franco (2005), Richardson (2015). Como o tema surgiu do interesse coletivo, de toda comunidade escolar, a pesquisa-ação é a abordagem que se enquadra neste estudo, pois pesquisadores e participantes envolvem-se no trabalho de forma cooperativa, para desempenhar um papel ativo na própria realidade. As reflexões presentes neste estudo foram feitas a partir de um Projeto de Intervenção (PI) na realidade escolar, embasado na perspectiva da gestão democrática em educação, vivenciada no contexto escolar e proposta pela comunidade escolar. Trata-se de provocar uma mudança no próprio ambiente escolar, bem como tornar a escola um espaço de acolhimento dos alunos e dos pais, buscando alternativas para um bom funcionamento e ultrapassar barreiras para os alunos que apresentam maior dificuldade de aprendizagem. A escola sempre estará aberta para o diálogo com toda a comunidade, possibilitando um bom atendimento aos alunos.

Palavras-chave: Sala de apoio à aprendizagem. Dificuldades de aprendizagem. Gestão democrática.

## Sumário

Sumário .....	4
Introdução .....	5
A Gestão Democrática na Escola: .....	10
Aprendizagem: alguns entraves pelo caminho.....	14
A Sala de Apoio à Aprendizagem: uma possibilidade .....	16
As contribuições da relação família-escola para a aprendizagem das crianças.....	18
A sala de apoio e o PPP da Escola .....	19
Capítulo II - Metodologia.....	22
Capítulo III – Ações Analisadas.....	25
Capítulo IV – Algumas Considerações .....	29
Referências .....	32
Apêndices .....	37
Anexo .....	40

## Introdução

Na sociedade em que vivemos inclusão também significa ter acesso ao processo de escolarização, ou seja, estar na escola, e, conseqüentemente, ter um bom desempenho educacional. Porém, nem todos os sujeitos que fazem parte desse processo conseguem ter sucesso de imediato, necessitando de estratégias para desenvolverem certas habilidades. Não são poucos os alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem. Para cuidar dessas dificuldades, o próprio sistema, através das coordenadorias regionais de educação, busca alternativas, dentre as quais, as salas de apoio pedagógico. Lançar um olhar sobre tal estratégia é necessário quando se busca a efetivação de uma educação inclusiva de fato.

A Escola Estadual de Ensino Fundamental Monsenhor Armando Teixeira atende a comunidade do bairro Cipó, desde 1957 e está situada na Rua Curupaiti 800, na cidade de São Francisco de Paula. Possui a Educação Infantil, as séries iniciais e finais do Ensino Fundamental. Com uma demanda de mais ou menos cento e oitenta alunos nas séries iniciais e cento e cinquenta nas séries finais. Possui uma equipe de trabalho com trinta servidores, distribuídos entre equipe diretiva: diretora, vice-diretoras, orientadora, supervisora; secretária; professores; professor apoiador; professores da sala de recursos; auxiliar de biblioteca; monitora; merendeiras e serventes.

A comunidade tem como atividades econômicas principais a indústria calçadista, a extração da madeira, a agricultura (plantio e colheita da batata) e a prestação de serviços autônomos. Muitos pais trabalham fora o dia todo e seus filhos ficam sozinhos ou sob os cuidados de parentes ou irmãos mais velhos. Constata-se ainda a sobrevivência com subempregos ou bolsa família, o grau de instrução da grande maioria da população é o Ensino Fundamental incompleto.

Devido à solicitação dos pais, dos professores, bem como da equipe diretiva, surgiu o interesse por este tema, que trata das dificuldades de aprendizagens apresentadas pelos alunos das séries iniciais do ensino fundamental, no que diz respeito às questões voltadas ao desenvolvimento da leitura e da escrita. Tal tema se problematiza sob a forma da seguinte questão: **Qual o significado que os alunos com dificuldade de aprendizagem atribuem à sala de apoio pedagógico da Escola Estadual de Ensino Fundamental Monsenhor Armando Teixeira?**

Nesse sentido, a escola não pode ficar alheia às solicitações da comunidade escolar,

para tanto, segundo os princípios elencados pelo MEC para proceder às adequações necessárias, os gestores devem priorizar regras de bom senso e de razoabilidade, assim como promover um tratamento diferenciado sempre que for necessário, ou seja, quando a aprendizagem do aluno o exigir.

Sendo assim, a escola deve buscar alternativas para que seus alunos compreendam os conceitos indispensáveis para seguir os estudos e vencer as barreiras encontradas no processo de ensino-aprendizagem.

Infelizmente, muitas vezes, nos deparamos com problemas no processo de ensino-aprendizagem: alunos que não aprendem, não reconhecem as letras, não associam o som a letra, não conseguem calcular, e, na maioria das vezes são rotulados pela própria família, professoras e colegas.

Neste sentido, este trabalho, tem como objetivo principal analisar que significados os alunos com dificuldade de aprendizagem atribuem à sala de apoio pedagógico. E, mais especificamente, identificar que contribuições a sala de apoio pedagógico apresenta para superação das dificuldades de aprendizagem dos alunos que a frequentam; identificar estratégias e recursos de ensino-aprendizagem, bem como de avaliação, para auxiliar os alunos no desenvolvimento das habilidades necessárias para o domínio da leitura, escrita e cálculos.

Como o tema surgiu do interesse coletivo, de toda comunidade escolar, a pesquisa-ação é a abordagem que se enquadra neste estudo, pois nela pesquisadores e participantes envolvem-se no trabalho de forma cooperativa, para desempenhar um papel ativo na própria realidade. Para Franco (2005, pp. 485, 486) “a voz do sujeito fará parte da tessitura da metodologia da investigação“, e, complementa, “pesquisa e ação podem e devem andar juntas quando intencionamos a transformação da prática”. Richardson (2015) reforça essa ideia e acrescenta: “pesquisa-ação visa produzir mudanças (ação) e compreensão (pesquisa)”. Os autores destacam a importância da pesquisa-ação no que se refere a contribuição para elaboração do Projeto de Pesquisa. De acordo com Richardson (2015) o pesquisador precisa ter em mente alguns objetivos inerentes à pesquisa-ação:

Melhorar: a prática dos participantes; a sua compreensão dessa prática; e a situação onde se produz a prática; Envolver: assegurar a participação dos integrantes do processo; assegurar a organização democrática da ação; propiciar compromisso dos participantes com a mudança. (RICHARDSON, 2015. s/p.).

Pode-se constatar, através da fala do autor, que os sujeitos estão envolvidos em todo o

processo de construção e execução de um estudo que surge da demanda da comunidade escolar. Todas as ações realizadas tiveram a participação dos segmentos da comunidade escolar, reuniões, entrevistas, questionários e observações, com o objetivo de identificar aspectos positivos e negativos em relação ao funcionamento do apoio pedagógico, bem como identificar os alunos que frequentam a sala.

Elencam-se alguns autores que foram fundamentais para elaboração desta pesquisa, tais como: Luce e Medeiros (2006), Veiga (2013), Cury (2007), Barbosa (2006), Tristão (2006), Franco (2005), Richardson (s/d).

Com esta pesquisa espera-se contribuir para o debate em relação à gestão democrática na escola, o direito à educação e suas implicações educacionais, se pretende desenvolver a discussão no que se refere aos significados trazidos pelos alunos que frequentam a sala de apoio pedagógico, lhes proporcionando oportunidade de refletir sobre sua condição.

O presente estudo está dividido por capítulos. O Capítulo I é o referencial teórico, que está composto por cinco subcapítulos que buscam dar conta da revisão de literatura relacionada à temática do trabalho em questão. O primeiro subcapítulo trata A Gestão Democrática na Escola: acesso e garantia para aprender, é uma diretriz que está presente na Constituição Federal (CF 1988) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/96) e em legislações posteriores.

O segundo subcapítulo compreende a Aprendizagem: alguns entraves pelo caminho e elucida que cada criança aprende em ritmos diferentes, participa de experiências únicas e ao envolver-se em interações significativas tem maior possibilidade de atingir seu potencial pleno para o crescimento. Destaca também que na educação, muitas vezes, acontecem situações que deixam os alunos sem saber o que fazer, passivos diante de todo o processo de aprendizagem, daí a importância dos educadores estarem alertas para essas situações. Elas podem surgir por fatores orgânicos ou mesmo emocional. No dia a dia escolar podemos perceber determinadas dificuldades, como: dislexia, disgrafia, discalculia, dislalia, disortografia e o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). Neste subcapítulo conceituam-se brevemente estas dificuldades.

O terceiro subcapítulo refere-se A sala de apoio a aprendizagem: uma possibilidade, procura refletir acerca da sala de apoio como um espaço que considera uma educação que valoriza as aprendizagens trazidas pelos alunos, e que deixa de lado uma concepção de proposta pedagógica que dá ênfase as dificuldades dos alunos.

No quarto subcapítulo destaca As contribuições da relação família-escola para a

aprendizagem das crianças, destacando a participação da família no âmbito escolar como de grande importância para o desempenho das crianças, tanto no que se refere à aprendizagem quanto na construção das relações sócio afetivas. Quando os pais envolvem-se no processo educativo de seus filhos, estes se sentem seguros para tomar decisões e, conseqüentemente, produzem um melhor desempenho nas atividades escolares.

E, finaliza fazendo no quinto subcapítulo uma relação entre o A sala de apoio e o Projeto Político Pedagógico da Escola.

No Capítulo II trata da metodologia destacando o quadro epistemológico que ancora esta investigação que é de natureza qualitativa. Para a realização do processo de pesquisa, deste estudo, que tem como temática a sala de apoio pedagógico à aprendizagem e busca analisar as significações de dificuldades de aprendizagem dos alunos da E. E. E. F. Monsenhor Armando Teixeira será utilizadas técnicas de observação, questionários e entrevistas. Como o tema surgiu do interesse coletivo, percebido através de reuniões de pais e solicitação dos professores, a pesquisa-ação é a abordagem que se enquadra neste estudo, pois pesquisadores e participantes envolvem-se no trabalho de forma cooperativa, para desempenhar um papel ativo na própria realidade.

Em seguida, no Capítulo III Ações Analisadas, faz-se uma retomada das atividades desenvolvidas, dialogando com as observações, entrevista aos alunos e questionários aos professores e equipe diretiva, bem como com os autores que referenciam este estudo.

E, finalmente, trazemos Algumas Considerações no que se refere aquilo que objetivamos neste trabalho. Através do Projeto de Intervenção buscamos uma proposta pedagógica que visava analisar que significados os alunos com dificuldade de aprendizagem atribuem à sala de apoio pedagógico. E, mais especificamente, identificar que contribuições a sala de apoio pedagógico apresenta para superação das dificuldades de aprendizagem dos alunos que a frequentam; identificar estratégias e recursos de ensino-aprendizagem, bem como de avaliação, para auxiliar os alunos no desenvolvimento das habilidades necessárias para o domínio da leitura, escrita e cálculos.

Neste sentido, propusemo-nos orientar o professor da sala de apoio na construção de novas práticas sobre o trabalho com a oralidade, a leitura, o cálculo, bem como a produção escrita destes alunos que frequentam a sala de apoio, através de atividades lúdicas e de histórias infantis para motivar esses alunos que enfrentam sérias dificuldades nestas áreas. Objetivamos buscar alternativas para que esses alunos não se sintam estigmatizados e inferiores aos colegas, por fazerem parte de um espaço diferente daquele que estão



acostumados a frequentar. Foram sugeridos ao professor apoiador, bem como a professora da turma a utilização de jogos que antecederam a produção escrita e matemática, como: quebra-cabeça, jogo da memória, dominó de frases e a história infantil: O Sanduíche da Maricota.

## Capítulo I - Referencial Teórico

### A Gestão Democrática na Escola: acesso e garantia para aprender

A Gestão Democrática da Educação é uma diretriz que está presente na Constituição Federal (CF 1988) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/96) e em legislações posteriores. Segundo Comerlato e Peroni (2014), a Gestão Democrática está ligada aos diversos limites e contradições necessários à vivência da autonomia pedagógica, administrativa e financeira da escola, bem como da participação dos segmentos da comunidade escolar nos movimentos de debates, ações e processos decisórios referentes à escola. As autoras destacam que “a conscientização da necessidade de construção de processos democráticos no interior da escola remete à perspectiva que os sujeitos possam se reconhecer como históricos sociais e agentes de transformação social”. (COMERLATO E PERONI, 2014, p. 63).

A questão destacada pelas autoras remete-nos ao grande desafio da gestão democrática apontado por Bordignon (2005) no que se refere à mudança de paradigma que embasa as ações educativas:

No lugar de uma educação para, como projeto de vir-a-ser do aluno, obediente hoje para ser cidadão amanhã, uma educação como efetivo exercício de cidadania. Uma educação como processo de autonomização, desalienação, tanto na relação sistema/escola, como na relação escola/estudante. (BORDIGNON, 2005, p. 31).

Bordignon (2005) elenca educadores como Anísio Teixeira e Paulo Freire para elucidar a educação emancipadora como um paradigma de educação que promove a democracia, como exercício efetivo da cidadania.

Luce e Medeiros (2006) referenciam Bordenave (1994) para dizer que Democracia é um estado de participação. Ou seja, a democracia participativa é aquela em que as pessoas quando fazem parte de uma nação ou grupo social, têm parte ativa na sua trajetória, portanto tomam parte na construção de uma sociedade da qual se sentem parte.

Neste sentido, os cidadãos passam a tomar partido nas decisões, deixando de ser meros expectadores para tornarem-se sujeitos ativos em todo o processo que se refere a participação, desde o planejamento a execução.

Segundo Luce e Medeiros (2006), a democratização da educação está mais relacionada à democratização do acesso e estratégias que garantam que o aluno continue seus estudos, vislumbrando a universalização da educação para todos, de forma a discutir a igualdade social dessa educação universalizada.

Há muito tempo se discute no Brasil questões relacionadas à gestão democrática da educação. Essa trajetória vem sendo constituída por uma tradição autoritária percebida na área social, cultural e política tanto da esfera pública quanto da privada, bem como nas relações familiares. Todos estes aspectos se refletem no cotidiano escolar, são heranças que devem ser muito bem discutidas e analisadas, se intencionamos uma educação voltada para cidadania, democracia e participação.

De acordo com Luce e Medeiros (2006) com a Constituição Federal pôde-se perceber alguns avanços consideráveis em relação à gestão democrática do ensino público como princípio. O direito à educação ganhou detalhamento e expansão, porém, ainda sendo necessário efetivar as conquistas democráticas.

A gestão democrática é compreendida como elemento de democratização da escola, auxiliando a compreensão da cultura da instituição escolar e seus processos, como se articulam as relações sociais da qual os sujeitos fazem parte. Para e Luce Medeiros (2006),

Pensar a gestão democrática da educação é refletir sobre a democratização dos saberes que dão passagem à cidadania e ao trabalho, participação nos processos de planificação e decisão, relações de autonomia; e sua inserção em um projeto mais amplo de democratização da sociedade, do qual a educação é constitutiva e constituinte. (LUCE & MEDEIROS, 2006, p. 7).

Neste sentido, os gestores escolares têm a função de trabalhar todas as questões relacionadas aos direitos humanos, através do diálogo com todos que fazem parte da comunidade escolar, ou seja, abrir espaço para que alunos, pais, professores, possam dialogar em busca de alternativas para as questões da diversidade, diferenças e desigualdades. Para que possam formar cidadão críticos, no sentido de lutar por seus direitos no coletivo, enquanto membros de uma comunidade. Pois, segundo Veiga:

A dinâmica interativa da escola ocorre pela interação social entre os indivíduos: gestores, professores, alunos e funcionários, e destes com as normas instituídas, que nem sempre são aceitas. Portanto a interação no seio da escola nem sempre é harmoniosa. Há diferenças de ideias e ideais demonstradas pelos próprios profissionais de escola. (VEIGA, 2013, p. 161).

Nesta mesma linha de pensamento, Cury (2007) remete-nos a ideia de que a educação escolar é um bem público, pois instiga a cidadania e seu exercício consciente, qualifica os cidadãos para o mundo do trabalho, é gratuita e obrigatória no ensino fundamental, é gratuita e gradualmente obrigatória no ensino médio e por ser também dever do Estado na Educação Infantil, e, protegida pela LDB da Educação Nacional, Plano Nacional de Educação e por pareceres e resoluções dos Conselhos de Educação.

Segundo Cury (2007), a educação escolar é um direito reconhecido, portanto garantido, cabendo ao gestor assumir e liderar a consolidação desse direito no âmbito de seu papel.

O direito público subjetivo está amparado tanto pelo princípio que ele o é assim por seu caráter de base e por sua orientação finalística, quanto por uma sanção explícita para os responsáveis (governantes ou pais) quando de sua negação ou omissão para o indivíduo-cidadão. (CURY, 2007, p.485).

O acesso e permanência na escola é um direito do ser humano, quando a educação escolar é negada de alguma forma, seja pelo Estado, seja pela instituição escolar ou pela família, deve-se responsabilizar através dos órgãos ou instrumentos legais os responsáveis por essa negligência.

O Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), na figura dos Conselheiros Tutelares é solicitado para ajudar na resolução de problemas que também estão relacionados a questões de direitos humanos, como o direito à educação. Algumas famílias tratam o vir ou não vir para escola como algo natural, ou seja, a educação é deixada em segundo plano, sendo desvalorizada e perdendo o sentido, negligenciando os cuidados básicos com estas crianças, de moradia, sanidade mental, um bom ambiente para crescer, acesso aos serviços básicos de saúde entre outros.

Outro órgão legal que pode ser acionado para garantir a educação escolar é o Ministério Público por meio dos seus servidores faz cumprir a legislação no que diz respeito aos direitos do cidadão através também da Defensoria Pública.

De acordo com Cury (2007), o propósito deste direito ao conhecimento é a igualdade de condições, assegurada e protegida pelo poder público: Constituição Federal, artigo 206, inciso I, ou seja, todos os indivíduos da sociedade têm condições de acesso e oportunidades de conhecimento.

Sendo a educação escolar um serviço público e também oferecido pela iniciativa privada, direito de todos e dever do Estado, juntamente com a família e a sociedade, é atribuição do Estado, interferir no que se refere às desigualdades sociais. É também função social da educação escolar amenizar todo e qualquer tipo de discriminação, principalmente por meio do Serviço de Orientação Educacional, através de um profissional que faz parte da equipe diretiva, que atua juntamente com os alunos e professores, no sentido de tentar entender o comportamento dos estudantes e agir de forma correta em relação a eles. Esse trabalho deve ser feito com a escola, na elaboração e realização da sua proposta pedagógica e com a comunidade escolar, dialogando com os pais e responsáveis.

Cury (2007) destaca a Igualdade como pressuposto fundamental ao direito à educação, principalmente nas comunidades que valorizam a democracia, as diferentes culturas e a diversidade, de forma qualitativa como princípio de ensino.

Uma das questões básicas da qualidade prevê profissionais do ensino com uma boa

formação básica, com domínio dos métodos e técnicas de ensino e acesso à educação continuada, presencial ou à distância. Pois, como enfatiza Cury (2007), o conhecimento é cada vez mais exigido no mundo do trabalho, da comunicação, do lazer e de diversas realidades de uma sociedade globalizada.

Cury (2007) lembra também a gestão democrática como princípio da educação nacional, que deve estar presente nas escolas públicas, abrindo espaço para o diálogo e a participação de toda a comunidade escolar na elaboração de um Projeto Político Pedagógico de qualidade. Pois, o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola é um documento construído de forma coletiva: o mesmo oportuniza que se norteie o caminho desta comunidade escolar, podendo assegurar os objetivos que a mesma deseja alcançar. Como foi organizado de forma coletiva e levando em conta as colocações feitas pela comunidade escolar no SEAP (Sistema Estadual de Avaliação Participativa), mais as reuniões com cada segmento, se pode observar no mesmo, todos os ângulos de cada segmento da comunidade, sua visão, suas expectativas.

E, na formação e constituição do Conselho Escolar: possui autonomia para tomar decisões e é constituído por representantes dos segmentos professores, funcionários, pais, alunos, isto é, toda a comunidade escolar. Tem como objetivo contribuir na gestão administrativa, financeira e pedagógica da escola. Neste sentido, o Conselho Escolar é considerado um instrumento legal que auxilia na discussão relacionada aos direitos humanos. Pois, segundo Lopes (2012), o Conselho Escolar possui quatro funções bem definidas. Deliberativa, no que se refere a tomada de decisões a respeito do PPP e encaminhamentos de problemas. Consultiva, fazendo análise de todas as demandas dos diferentes segmentos da comunidade escolar. Fiscal, no sentido de contribuir para a qualidade educacional e social dos alunos, professores, pais e funcionários e Mobilizadora, trazendo todos os segmentos para as reflexões necessárias no âmbito escolar. Tendo em vista estas quatro funções, o Conselho Escolar participa de forma atuante nas iniciativas e decisões da escola.

Cury (2007) salienta a importância da elaboração dos regimentos internos no sentido de destacar a noção de autonomia dos estabelecimentos escolares (artigo 15 da LDB), bem como sensibilizar a comunidade escolar para construção de propostas para o desenvolvimento interno da escola, incentivando para o diálogo.

Sendo assim, a escola na figura de seus gestores deve estar disposta às discussões e ao diálogo, contribuindo assim, para o crescimento e envolvimento de todos, promovendo uma educação de qualidade de fato, no qual privilegia a formação integral de seus alunos.

## **Aprendizagem: alguns entraves pelo caminho**

De acordo com Barbosa (2006), “aprender é uma ação que supõe uma dor simbólica, já que provoca uma modificação no aprendiz”. A autora salienta que o mediador da aprendizagem deve possibilitar que o aprendiz supere esta dor e sinta que tem capacidade.

Porém, não é o que percebemos nas escolas, muitas vezes se trabalha e reforça as frustrações do aluno que são decorrentes de fatores externos, se utilizando de castigos e suspensões.

Vivemos num mundo no qual a tecnologia está cada vez mais presente, a linguagem visual é o principal recurso para a informação e o conhecimento, se a escola ficar à margem destes avanços tecnológicos e de todos seus recursos se tornará cada vez mais desinteressante, pois as salas de aula privilegiam a linguagem oral e escrita, sem a discussão e a reflexão das ações.

Não é fácil mudar a ação educativa para vislumbrar uma forma de ensinar e aprender que leve em conta os interesses dos alunos, sendo que ainda existem professoras que utilizam o mesmo caderno, com o mesmo método há mais de vinte anos de exercício no magistério. Uma aula assim não pode ser interessante, na qual a criança fica passiva ao conhecimento, bitolada a receber informações e instruções.

Numa perspectiva contrária a este pensamento Tristão define aprendizagem:

A aprendizagem é vista como uma experiência social que envolve interações significativas entre crianças, crianças mais velhas e adultos. No modelo de mediação, a criança se beneficia de instruções diretas ou indiretas dadas por indivíduos mais experientes, de estratégias, de relação com o mundo, como em situações de solução de problemas e aquisição de habilidades. (TRISTÃO, 2006, p. 15).

Refletindo a cerca deste pensamento, concluímos que o ensino deve ser mediado e não transmitido. Que cada criança aprende em ritmos diferentes e participa de experiências únicas e ao envolver-se em interações significativas tem maior possibilidade de atingir seu potencial pleno para o crescimento.

Segundo Tristão (2006), o educador deve transformar a sala de aula num ambiente alfabetizador e “matematizador” (SMOLE, 2014). Quanto mais as crianças tiverem oportunidade de participar de atos de leitura, escrita e matemática, mais elas terão elementos para trabalhar cognitivamente e construir suas hipóteses sobre a leitura e a escrita.

É preciso apresentar às crianças diferentes materiais escritos (jornais, revistas, gibis, rótulos de produtos, poemas, etc.) para que elas possam perceber a maneira como se escreve e

entender como se lê, o que se lê e aonde se lê. É importante deixar a criança ter autonomia, ser autora de sua escrita, ou seja, deixar que ela escreva do jeito que acha que deve escrever. “Ao produzir sua própria escrita a criança manifesta intenção de ler e escrever e, assim, vai construindo suas hipóteses mentais sobre a leitura e a escrita.” (TRISTÃO, 2006, p. 37).

Considerando todos estes fatores elencados anteriormente, em relação a postura do professor no que se refere ao ensino e a aprendizagem dos alunos, percebemos que muitos estudantes ainda apresentam algumas dificuldades na aprendizagem da leitura, da escrita e na área da matemática.

Segundo Correia e Martins (s/d), dificuldades de aprendizagem (DA) numa perspectiva orgânica, são alterações neurológicas que interferem com o recebimento e integração de informação, caracterizando-se por uma desinteligência entre aquilo que se espera do aluno e aquilo que realiza na escola. Já, numa perspectiva educacional, as DA refletem um impedimento para a aprendizagem da leitura e da escrita, do cálculo ou ainda para aquisição de aptidões sociais.

Na educação, muitas vezes, acontecem situações que deixam os alunos sem saber o que fazer passivos diante de todo o processo de aprendizagem, daí a importância dos educadores estarem alertas para essas situações. Elas podem surgir, como já foi falado acima, de fatores orgânicos ou mesmo emocional. No dia a dia escolar podemos perceber determinadas dificuldades, como: dislexia, disgrafia, discalculia, dislalia, disortografia e o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). Alguns conceitos:

Dislexia: dificuldade que aparece na leitura, o aluno troca ou omite as letras, inverte as sílabas, não faz uma leitura fluente.

Disgrafia: dificuldade que está associada à dislexia, pois ao trocar ou omitir as letras e inverter as sílabas, conseqüentemente encontra dificuldade na escrita.

Discalculia: dificuldade para cálculos e números, não interpretam enunciados de problema, não conseguem quantificar ou fazer comparações, não entendem sequência lógica.

Dislalia: dificuldade na emissão da fala apresenta pronúncia inadequada das palavras, com trocas de fonemas, produzindo os sons incorretamente.

Disortografia: dificuldade na linguagem escrita, a qual pode acontecer em decorrência da dislexia: troca de grafemas, desmotivação para escrever, aglutinação ou separação indevida das palavras, falta de percepção e compreensão dos sinais de pontuação e acentuação.

TDAH: problema de desordem neurológica, que apresenta sinais de inquietude, desatenção, falta de concentração e impulsividade.

Todas essas dificuldades devem ser percebidas pelos educadores, no sentido de

observar e auxiliar o aluno em seu processo de aprendizagem, que segundo Barbosa (2006) pode ser doloroso, tornando suas aulas mais significativas e dinâmicas, não rotulando seus alunos, mas buscando alternativas para descobrirem suas potencialidades.

Segundo Salles (2005) a leitura e a escrita são processos mentais complexos, compostos por vários fatores interdependentes e que englobam outras funções neuropsicológicas. A leitura e a escrita e sua aprendizagem pela criança é um assunto frequente nos meios escolares, bem como as dificuldades que aparecem neste processo. É neste sentido que surgem as salas de apoio pedagógico como uma possibilidade para auxiliar os alunos a superar tais dificuldades.

### **A Sala de Apoio à Aprendizagem: uma possibilidade**

A ação de ler e escrever são um trajeto complexo que prevê conhecimentos adquiridos ao longo da vida, mesmo antes da criança ingressar na escola.

A inserção na leitura e na escrita por parte da criança é um meio de aprendizagem, de prática e de desenvolvimento. Anterior a este envolvimento com a leitura e a escrita a criança já domina a comunicação oral de tal forma a ser compreendida pelos demais interlocutores. Sendo assim, aprender a ler e a escrever visa dar ao aluno autonomia para compreender e ser compreendido por aqueles com os quais conversa.

A opção por um bom método de ensino, por parte do educador, auxilia na compreensão da leitura e da escrita, fazendo com que seus alunos despertem ou aumentem o gosto pela leitura, descobrindo os prazeres e alegrias que a leitura pode proporcionar.

Quando a criança se lança no mundo da leitura e da escrita já possui um conhecimento prévio, o qual não deve ser deixado de lado, mas sim, aproveitar as aprendizagens trazidas da sua experiência e introduzi-las na aprendizagem escolar.

Ao aproveitar a bagagem de conhecimento que a criança já possui antes de vir para escola e pensar uma educação que a leve a integrar-se na sociedade e adquirir uma qualidade de vida melhor para si e seus pares e o mundo em que vive faz com que pensemos em uma educação libertadora.

Neste sentido, temos que pensar a sala de apoio como um espaço que considera uma educação que valoriza as aprendizagens trazidas pelos alunos, e que deixa de lado uma concepção de proposta pedagógica que dá ênfase as dificuldades dos alunos.

De acordo com as Linhas Programáticas para Atendimento Especializado na Sala de



### Apoio Pedagógico Específico (1994):

A sala de apoio pedagógico específico é uma modalidade de atendimento educativo a ser desenvolvida no ensino regular, destinada a alunos com dificuldades de aprendizagens, que não são portadores de deficiências ou de condutas típicas. Tem como finalidade facilitar a aprendizagem daqueles alunos que apresentam história de fracasso escolar, principalmente nas primeiras séries do primeiro grau, com multirrepetência, dificuldade em alfabetizar-se e hiperatividade. (MEC, 1994. p. 7).

Sendo assim, a sala de apoio visa atender alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem nas áreas da Língua Portuguesa e Matemática, nos anos iniciais do ensino fundamental. É importante destacar que o atendimento na sala de apoio pedagógico não é reforço escolar. Tem na figura do professor apoiador um mediador, que intervém na relação do aluno com a aprendizagem. Segundo as orientações da 4ª Coordenadoria Regional de Educação, através de mensagem eletrônica, o professor apoiador tem como função o trabalho pedagógico de caráter investigativo e de apoio ao processo de ensino aprendizagem. Este professor de anos iniciais fará atividades compartilhadas com o professor referência de cada turma, retirando se for o caso, grupos de alunos de diagnóstico prévio bem como de necessidades demandadas pelo planejamento didático-pedagógico do trabalho.

As Linhas Programáticas para Atendimento Especializado na Sala de Apoio Pedagógico Específico prevê que o atendimento na sala de apoio seja grupal ou individual, que o professor apoiador utilize recursos de acordo com as necessidades de cada aluno, ou seja, de acordo com a dificuldade que o sujeito apresenta: na leitura, na escrita ou na matemática.

O mesmo documento orienta que os encaminhamentos para sala de apoio sejam feitos o mais cedo possível, e, que os mesmos devem ser feitos pelo professor da turma auxiliado pela equipe pedagógica da escola. Deve-se acompanhar o desenvolvimento dos alunos na sala de apoio e regular, tanto pelo professor apoiador, quanto pelo professor da turma, incentivando, desta forma uma troca entre os educadores.

Em uma escola que valoriza a gestão democrática participativa, no sentido de os sujeitos sentirem-se fazendo parte do processo educativo, a participação da família deve ser entendida como de extrema importância, até como direito dos pais de serem informados do que é desenvolvido com seus filhos na escola e tentar ajudá-los em casa.

É relevante que os pais saibam em quais aspectos seus filhos possuem mais dificuldade, e que este momento não se reduza apenas ao dia de entrega do boletim. Podem-se agendar encontros com grupos de pais com dificuldades de aprendizagem. Através das trocas de experiências que são muito significativas, descobrem maneiras de lidar com os filhos e desenvolvem um mútuo apoio.

## **As contribuições da relação família-escola para a aprendizagem das crianças**

A participação da família no âmbito escolar é de grande importância para o desempenho das crianças, tanto no que se refere à aprendizagem quanto na construção das relações sócio afetivas. Quando os pais envolvem-se no processo educativo de seus filhos, estes se sentem seguros para tomar decisões e, conseqüentemente, produzem um melhor desempenho nas atividades escolares.

Portanto, quanto maior for a união entre escola e família, mais relevantes e significativos serão os resultados da aprendizagem da criança, pois na sociedade contemporânea, família e escola possuem tarefas complementares. Há algum tempo atrás, as famílias eram compostas por um número maior de indivíduos do que hoje em dia. A família desempenhava a função de iniciar a educação de seus filhos. Atualmente com uma quantidade maior de instituições escolares as crianças passaram a receber uma educação mais formal.

Nesta nova configuração as relações entre a família e a escola devem favorecer um ambiente em que ambas as partes respeitem as peculiaridades da outra, no sentido de prevalecer a aprendizagem das crianças. Como sugere Parolin (2010) “a qualidade do relacionamento que a família e a escola construírem serão determinantes para o bom andamento do processo de aprender e de ensinar do estudante e o seu bem viver em ambas as instituições”. (PAROLIN, 2010, p.36).

A relação entre escola e família demanda a necessidade de estabelecer comprometimento para que o aluno tenha uma educação de qualidade tanto em casa quanto na escola. Porém, a presença dos pais no ambiente escolar é um processo que acontece no coletivo, no qual a escola promove e estimula práticas participativas de qualidade, ou seja, viabiliza situações em que a família possa estar inserida de forma autônoma e crítica em suas atividades. Neste sentido, indaga-se a necessidade da família envolver-se de forma efetiva na gestão da escola.

O dever da família com a educação e a sua presença na escola é publicamente constatado na legislação brasileira e nas diretrizes da educação. Assim como se pode verificar no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8.069/90 em seu artigo 4º aponta que:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária. (ECA, 1990, p.8).

Na Lei de Diretrizes e Bases para Educação Nacional (LDBEN – 9394/96) ressalta os deveres da família como uma das responsáveis pelo desenvolvimento educacional da criança juntamente com a escola, bem como da escola, no sentido de criar e executar propostas de articulação com a família, além de informá-la sobre sua proposta pedagógica, assim como todas as indicações no que se refere ao educando como frequência e rendimento escolar. (LDBEN, 1996, p.13).

Sendo assim, a família deve interessar-se pela vida escolar de seus filhos, acompanhando a aprendizagem da criança e qual o tipo de educação lhe é proporcionada no ambiente escolar. Família e escola podem interagir e trabalhar a favor do processo de ensino aprendizagem. Em uma escola que visa a democracia e o exercício da cidadania, torna-se imprescindível a participação da família, como destaca Falcetta, Zorzella, Alves & Rocha (2014):

Assim, a gestão democrática tem papel fundamental para a concretização de uma escola participativa, envolvida na construção da cidadania e preocupada com a formação de um sujeito que contribua, a partir da sua formação, para o desenvolvimento da sua coletividade. Não é mais possível pensarmos a escola sem uma concepção democrática, sem a prerrogativa da participação de todos os indivíduos relacionados direta ou indiretamente à instituição escolar. (FALCETTA, ZORZELLA, ALVES & ROCHA, 2014, p. 269).

Desta forma, percebe-se que esse processo participativo prevê o envolvimento da família no planejamento de todas as ações, inclusive, as pedagógicas da escola.

### **A sala de apoio e o PPP da Escola**

A proposta pedagógica da Escola Estadual de Ensino Fundamental Monsenhor Armando Teixeira foi construída de forma participativa, fazendo emergir um conjunto de ideias que demarcam o contexto desta realidade educacional, contemplando o ideal da comunidade escolar para transformar a sua realidade.

Segundo o Projeto Político Pedagógico da Escola, a sociedade que se quer construir é uma sociedade mais justa, solidária, democrática e participativa que valorize a vida, uma sociedade na qual:

Haja respeito aos direitos individuais e coletivos e a participação de todos na construção do bem comum.  
Cada um possa sonhar, sendo livre e respeitado dentro das suas opções pessoais.  
Haja compromisso com uma solução mais justa e pacífica dos conflitos.  
Todos tenham liberdade de se organizarem, de serem ouvidos e respeitados.  
Todos sejam sujeitos da sua história, independente da etnia, cor, religião, classe

social, idade e sexo. (PPP, 2015).

O aluno que a Escola quer formar é aquele que seja:

Construtor de sua história, crítico, criativo, participativo.

Capaz de construir seu conhecimento, colocando em prática as noções construídas na aprendizagem.

Capaz de aprender a aprender buscando soluções para enfrentar as dificuldades do dia-a-dia.

Capaz de conviver com os avanços tecnológicos, utilizando-os como meio para atender às necessidades humanas.

Respeitador dos seus semelhantes e do ambiente que ocupa, comprometido com a causa dos valores ecológicos, morais e religiosos.

Capaz de ter iniciativa para expor suas ideias colaborando para o progresso da sociedade.

Capaz de conviver em comunidade de modo a ter atitudes de cooperação, onde o crescimento de todos signifique o crescimento individual.

Responsável pela construção de uma sociedade democrática, mais justa, mais humana e conseqüentemente mais feliz.

Capaz de vivenciar hábitos e atitudes necessários para conquistar sua transcendência e cidadania. (PPP, 2015).

Todos estes aspectos devem ser trabalhados em parceria com Círculo de Pais e Mestres (CPM), Conselho Escolar, Direção, Professores, Pais, Alunos, Funcionários e Instituições Comunitárias.

No que se refere à metodologia usada no 1º ano do Ensino Fundamental de nove anos, prevê a aprendizagem de forma lúdica, respeitando a faixa etária das crianças, através de um ambiente alfabetizador. Nos demais anos escolares a construção do conhecimento parte da realidade do aluno, embasada no construtivismo sócio interacionista, através da intervenção do professor. Para os alunos portadores de necessidades educacionais especiais inclusos nas classes comuns, a Escola adota os seguintes procedimentos:

- a) preparação da comunidade escolar;
- b) trabalho sobre as diferenças, com os alunos, em todos os níveis;
- c) utilização de recursos pedagógicos e material didático em abundância;
- d) utilização do sistema de avaliação diferenciada;
- e) oferecimento do apoio pedagógico no turno contrário;
- f) flexibilização dos conteúdos pedagógicos, bem como da temporalidade. (PPP, 2015).

De acordo com o Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual de Ensino Fundamental Monsenhor Armando Teixeira, em relação ao aspecto cognitivo, especialmente para alunos com defasagem de aprendizagem, é indispensável a organização de grupos de apoio pedagógico em todas as áreas do conhecimento, oferecendo assistência específica para os alunos conforme o nível de dificuldades de cada um, amparados também pelos profissionais da sala de apoio pedagógico à aprendizagem e sala de recursos multifuncional. Para que se promova o interesse dos alunos, bem como a necessidade de ampliar suas

possibilidades através de informações, de temas do interesse que sirvam de “ponte” entre a sala de aula e o mundo fora da Escola, levando a uma visão de mundo mais ampla, democrática e diversificada, aprimorando o fazer pedagógico com as aspirações dos alunos.

Fazendo uma análise do Projeto Político Pedagógico da escola, destacamos como aspecto a ser trabalhado para o desenvolvimento do Projeto de Intervenção (PI) que significados os alunos com dificuldade de aprendizagem atribuem à sala de apoio pedagógico. Levando em consideração que o tema em questão já era uma solicitação da comunidade escolar, elencada em outros momentos.

## Capítulo II - Metodologia

O quadro epistemológico que ancora esta investigação é de natureza qualitativa e caracteriza-se fundamentalmente em proporcionar ao investigador uma inter-relação com a realidade, desenvolvida de forma indutiva e sistemática. Gerhardt e Silveira (2009), referindo-se aos estudos qualitativos citam: “a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.”. (p. 31). Desta forma para melhor demonstrar as características desta investigação, seguimos os princípios elaborados por Prodanov e Freitas (2013):

Na investigação qualitativa a fonte direta considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Esta não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. Tal pesquisa é descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem. (PRODANOV & FREITAS, 2013, p. 70).

Numa investigação qualitativa o caminho que se percorre para atingir os objetivos propostos tem mais significado, como considera Coutinho (2013) ao referenciar Pacheco (2009), “não se aceita a uniformização dos comportamentos, mas a riqueza da diversidade individual”. (p. 29). Nesta mesma perspectiva Gerhardt e Silveira (2009) destacam Minayo (2001) para frisar que:

A pesquisa qualitativa trabalha com o universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um aspecto mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (GERHARDT & SILVEIRA, 2009, p. 32).

Para a realização do processo de pesquisa, deste estudo, que tem como temática a sala de apoio pedagógico à aprendizagem e busca analisar as significações de dificuldades de aprendizagem dos alunos da E. E. E. F. Monsenhor Armando Teixeira foram utilizadas técnicas de observação, questionários e entrevistas.

Como o tema surgiu do interesse coletivo, percebido através de reuniões de pais e solicitação dos professores, a pesquisa-ação é a abordagem que se enquadra neste estudo, pois pesquisadores e participantes envolvem-se no trabalho de forma cooperativa, para desempenhar um papel ativo na própria realidade. Pois, para Franco (2005) “a voz do sujeito fará parte da tessitura da metodologia da investigação”. (p.486). E, complementa, “pesquisa e ação podem e devem andar juntas quando intencionamos a transformação da prática”. (p.485). Richardson (2015) reforça essa ideia e acrescenta “pesquisa-ação visa produzir mudanças (ação) e compreensão (pesquisa)”. (s/p). Os autores destacam a importância da pesquisa-ação

no que se refere a contribuição para elaboração do Projeto de Pesquisa. De acordo com Richardson (2015) o pesquisador precisa ter em mente alguns objetivos inerentes a pesquisa-ação:

Melhorar: a prática dos participantes; a sua compreensão dessa prática; e a situação onde se produz a prática; Envolver: assegurar a participação dos integrantes do processo; assegurar a organização democrática da ação; propiciar compromisso dos participantes com a mudança. (RICHARDSON, 2015. s/p.).

Participaram deste estudo 24 alunos que frequentam o 1º, 2º, 3º, 4º e 5º ano do Ensino Fundamental da Escola Estadual de Ensino Fundamental Monsenhor Armando Teixeira, no município de São Francisco de Paula. Levando em consideração o tema e o objetivo geral da pesquisa, o critério de seleção adotado para constituir a amostra de alunos foi o fato de frequentarem a sala de apoio.

A sala de apoio funciona no mesmo turno de aula regular para os alunos de 1º, 2º, e 3º e 4º anos. Os alunos dos 5º anos vêm no turno inverso, ou seja, no período da tarde, em pequenos grupos de alunos que são encaminhados a este espaço, selecionados e identificados pelos professores das turmas como tendo dificuldades de aprendizagem na Língua Portuguesa (leitura e escrita) e Matemática (noção numérica e cálculo).

Dos 24 alunos que fazem parte da sala de apoio, 14 são meninos e 10 são meninas. Do número total da amostra 5 tinham histórico de reprovação, sendo 3 reprovados no 3º ano e 2 no 4º ano.

A amostra de professores foi constituída através da adoção do critério de seleção: duas professoras de 1º ano do Ensino Fundamental (Ensino Globalizado), uma professora do 3º ano do Ensino Fundamental (Ensino por Disciplina) responsáveis pela turma, ou seja, professoras titular e responsáveis pelo encaminhamento dos alunos com dificuldades de aprendizagem à sala de apoio. A professora da sala de apoio. E, a supervisora pedagógica e a diretora, também foram selecionadas por fazerem parte de todo o processo de efetivação da sala de apoio. Portanto, fizeram parte seis professoras da Escola.

As professoras do 2º ano, um 3º ano, 4ºs e 5ºs anos não foram selecionadas para amostra, pois estão iniciando este ano com seus alunos na sala de apoio, sendo que as que foram selecionadas já participam do programa desde sua implementação.

O procedimento da coleta de dados foi realizado e aplicado através da observação na sala de apoio, entrevistas com os alunos e questionários para os professores, como sugere uma abordagem de pesquisa-ação, que segundo Prodanov e Freitas (2013).

Do ponto de vista científico, a proposta metodológica da pesquisa-ação oferece subsídios para organizar a pesquisa de forma convencional, no nível da observação, do processamento de dados, da experimentação etc., tendo importante papel a desempenhar. (PRODANOV & FREITAS, 2013, p. 67).

Com o objetivo de perceber as ações produzidas e as significações atribuídas pelos alunos com dificuldades de aprendizagem que frequentam a sala de apoio pedagógico, as observações ocorreram trinta minutos por turma, totalizando quatro turmas, no mês de abril. Toda a observação realizada e as ações percebidas na sala de apoio foram registradas.

Além das observações, foram feitas entrevistas semiestruturadas para os alunos do 2º, 3º e 4º anos conforme anexo. Para os alunos dos 5º anos foi realizada uma entrevista em grupo (foccus group). Essas entrevistas tiveram por objetivo compreender os sentidos ou significados que os alunos têm em relação a sala de apoio, ou seja, como se percebem neste ambiente, que não é o comum de sala da aula regular. Os alunos foram entrevistados individualmente, fora da sala de aula.



### Capítulo III – Ações Analisadas

A equipe diretiva, diretora e vice-diretoras do currículo e da área, que fazem parte como alunas do curso de Especialização em Gestão Escolar, reuniram-se para escolher que tema cada uma trabalharia, de acordo com as necessidades elencadas pelos componentes de cada segmento que faz parte da comunidade escolar, através de questionários enviados às famílias, servidores e alunos. Estes questionários foram uma forma de fazer com que a comunidade da escola participasse do processo de reelaboração do Projeto Político Pedagógico, já que as reuniões para tratar desses assuntos não despertam muito o interesse da família.

Foi realizada reunião com as professoras das turmas que têm alunos que são atendidos na sala de apoio, bem como com o professor apoiador. Turmas estas, a saber: 1ºs anos, 2ºs anos e 3ºs anos. A reunião aconteceu no momento dos pré-conselhos realizados no final do ano. Um dos aspectos elencados pelos professores das turmas dos 1ºs, 2ºs e 3ºs anos foi a necessidade de se trabalhar mais na sala de apoio a leitura e a escrita, fazer o uso de jogos, histórias infantis e escrita espontânea. Deram várias sugestões, dentre elas uma que o grupo considerou muito importante, que seria o próprio professor da turma trabalhar com seus alunos que frequentam a sala de apoio, enquanto o professor apoiador atenderia os alunos da turma.

Durante a reunião algumas professoras enfatizaram que alguns alunos não querem fazer parte do grupo que frequenta a sala de apoio, elas percebem através das falas deles que alguns se sentem diferentes dos colegas, por ainda não conseguir ler e escrever, enquanto outros não gostam de deixar suas atividades que estão fazendo junto aos colegas da turma.

Aspecto que pode ser percebido na fala dos alunos que frequentam a sala de apoio, quando questionados se se sentem diferentes dos colegas por fazerem parte da sala de apoio:

*Sim. Porque eles sabem ler e o cara não.* (aluno A)

*Sim. Caso que assim, os outros são mais espertos e eu não consigo entender muito bem.* (aluno B)

*Porque eles já sabem ler.* (aluno C)

*Eu não consigo ler e escrever.* (aluno D)

No início do ano letivo de 2015 foi feita reunião geral com professores, funcionários e equipe diretiva, esta reunião foi realizada no dia 20 de fevereiro, para dar às boas vindas a todos e combinações sobre o desenrolar do ano letivo, bem como, apresentar o esboço do

projeto de intervenção pedagógica na Escola, no sentido de criar o envolvimento necessário para viabilização desta proposta.

As entrevistas com os alunos que frequentam a sala de apoio foram realizadas no decorrer do ano, pois no período letivo de início das aulas os professores fazem uma sondagem para saberem quais alunos apresentam dificuldades de leitura, escrita e cálculo. Segundo o questionário realizado com as professoras das turmas os alunos que são encaminhados para o apoio pedagógico são *Aqueles que não estão alfabetizados*. (professora A) e *Alunos (as) que ainda não estão lendo e escrevendo* (professora B).

Esta sondagem é feita através da observação da professora da turma, que ao perceber que seu aluno necessita de atendimento na sala de apoio pedagógico, conversa com a equipe pedagógica e o professor apoiador, que também passa a observar este aluno, ou alunos, se for o caso. As observações feitas pelo professor apoiador são realizadas durante as aulas na turma.

*Os alunos são encaminhados para a sala de apoio porque não conseguem acompanhar a turma regular no processo de ler, escrever e interpretar. Alguns ainda não dominam o alfabeto.*

*Emocionalmente apresentam uma baixa autoestima acreditando que jamais conseguirão “ler e escrever”, sendo este o objetivo principal deles e da família: o domínio formal da leitura e escrita.*

*Devido à falta de uma equipe multidisciplinar e médica (psicopedagogo, psiquiatra, neurologista, fonoaudiólogo,...), há uma demora na efetivação de diagnósticos caso haja suspeita de algum transtorno de aprendizagem.* (professor apoiador).

Se for constatado que o aluno realmente apresenta dificuldade e necessita de atendimento, ele passa a frequentar a sala de apoio pedagógico, em horário estipulado pelo professor apoiador. Este tempo que o aluno passa na sala de apoio não faz com que ele deixe de participar das atividades de sala de aula, como educação física, informática, biblioteca, artes e vídeo, pois o horário da sala de apoio é organizado de acordo com a escala das outras atividades.

Após encaminhamento dos alunos para o apoio pedagógico, é realizado um diagnóstico, através de testes segundo os estudos de Emília Ferreiro: Psicogênese da Língua Escrita. A partir das testagens o professor apoiador e a professora da turma desenvolvem seus planejamentos e atividades de acordo com o nível que se encontra o aluno.

Quando o professor apoiador forma as turmas, é realizada uma reunião com os pais dos alunos da sala de apoio, para que estes fiquem cientes da necessidade de seus filhos frequentarem a sala, bem como expor a proposta de trabalho do apoio pedagógico. Participaram da reunião os pais, equipe diretiva, professora da turma e professor apoiador. A

reunião foi muito produtiva, apesar de faltarem alguns responsáveis, porém, aqueles que se fizeram presentes demonstraram interesse e satisfação pela escola buscar alternativas no que se refere a aprendizagem de seus filhos.

Foi realizada, também uma reunião com toda a comunidade escolar, direção, professores, funcionários e pais, que teve como finalidade incentivar a participação dos pais na vida escolar de seus filhos. Foi apresentado um vídeo motivador do filósofo, escritor, educador, palestrante e professor universitário brasileiro: Mário Sérgio Cortella, sobre a importância e o papel da família e da escola na educação das crianças. Foi aberto espaço para o debate, alguns pais e professores se manifestaram em relação à educação das crianças reafirmando que família e escola precisam caminhar juntas. Durante a reunião a diretora apresentou as normas da escola para um bom funcionamento da mesma, bem como foram apresentados os projetos de intervenção da equipe diretiva. Neste encontro se fizeram presentes um bom número de pais, os quais participaram discutindo os assuntos elencados. A diretora destacou a importância de tornar a escola um espaço de acolhimento dos alunos e dos pais, bem como buscar alternativas para um bom funcionamento e ultrapassar barreiras para os alunos que apresentam maior dificuldade de aprendizagem. Complementou enfatizando que a escola sempre estará aberta para o diálogo com toda a comunidade, possibilitando um bom atendimento aos alunos.

Ao analisar os questionários aplicados as professoras das turmas e ao professor apoiador, pode-se perceber algumas contradições nas falas das professoras das turmas e a fala do professor apoiador. Quando questionados sobre como e quando é feita a avaliação? Você participa da avaliação de seus alunos que frequentam a sala de apoio? A avaliação influencia na avaliação feita por você? *Hoje não sei como funciona, mas em 2013, quando meus alunos participavam, eu não levava em consideração o trabalho da sala de apoio.* (professor A). *Não há uma troca de informações entre professor apoiador e professor da turma.* (professor B). *A avaliação é feita de forma contínua respeitando o processo individual e de modo que gere uma reflexão conjunta com o aluno sobre os erros e acertos, deixando claro que o erro não é algo negativo, mas sim que é através dele que se pode refletir reorganizar para então acertar. O respeito ao conhecimento e momento de cada um é essencial para a elaboração das atividades subsequentes. O permanente incentivo de que são capazes de realizar as tarefas, que são inteligentes e que há diferentes formas de aprender são constantes no processo avaliativo.* (professor apoiador).

Em que momento é feita a troca de experiências com a professora que atende seus alunos na sala de apoio? *Hoje não sei.* (professor A). *Não ocorre.* (professor B). *Não há uma troca de experiência efetiva, nem com a professora titular nem com a sala de recursos. Em alguns momentos, quando busco o aluno na sala de aula converso brevemente com o professor titular. Este ano – 2015 - estamos tentando efetivar esta troca nas reuniões de unidocência. Normalmente procuro fazer relatos do que acontece com cada aluno para a supervisão/coordenação e para a vice-diretora.* (professor apoiador).

Você considera que as atividades desenvolvidas na sala de apoio pedagógico auxiliam os alunos em suas dificuldades para aprender a leitura, escrita e cálculos? *Hoje não sei, mas em 2013, não vi progressos e eles não gostavam de ir.* (professor A). *Não tenho conhecimento das atividades.* (professor B).

Apesar de que as professoras afirmavam que alguns de seus alunos não gostavam de deixar a sala de aula para irem até a sala de apoio pedagógico, este aspecto não foi percebido durante as entrevistas com os alunos.

## Capítulo IV – Algumas Considerações

Propusemo-nos neste trabalho, através do Projeto de Intervenção uma proposta pedagógica que visava analisar que significados os alunos com dificuldade de aprendizagem atribuem à sala de apoio pedagógico. E, mais especificamente, identificar que contribuições a sala de apoio pedagógico apresenta para superação das dificuldades de aprendizagem dos alunos que a frequentam; identificar estratégias e recursos de ensino-aprendizagem, bem como de avaliação, para auxiliar os alunos no desenvolvimento das habilidades necessárias para o domínio da leitura, escrita e cálculos.

Neste sentido, tentamos orientar o professor da sala de apoio na construção de novas práticas sobre o trabalho com a oralidade, a leitura, o cálculo, bem como a produção escrita destes alunos que frequentam a sala de apoio, através de atividades lúdicas e de histórias infantis para motivar esses alunos que enfrentam sérias dificuldades nestas áreas.

Podemos perceber, através das falas dos (as) alunos (as) que alguns se sentem estigmatizados e inferiores aos colegas, por fazerem parte de um espaço diferente daquele que estão acostumados a frequentar. Portanto, a necessidade de tornar a sala de apoio um espaço acolhedor, no qual estes alunos possam desenvolver suas atividades com prazer e superar suas dificuldades na aprendizagem é imprescindível.

Foram sugeridos ao professor apoiador, bem como a professora da turma a utilização de jogos que antecederam a produção escrita e matemática, como: quebra-cabeça, jogo da memória, dominó de frases e a história infantil: O Sanduíche da Maricota.

A escolha de uma história infantil, para trabalhar a matemática e integrá-las às outras áreas do conhecimento, justifica-se por considerar que Língua e Matemática (REAME, 2012) apresentam funções e objetivos que se complementam. Segundo Reame (2012), ambas possibilitam o desenvolvimento intrínseco de habilidades de leitura e de escrita ao promoverem diferentes formas de comunicação e expressão.

Com a exploração de textos infantis, os alunos são oportunizados a ler, ouvir, falar e escrever de forma natural, neste contexto de comunicação emergem ideias e conceitos interdisciplinares, bem como conceitos matemáticos. Reame (2012) salienta que através das histórias infantis o aluno se expressa sem se preocupar com os erros e acertos, pois:

A literatura infantil representa um contexto significativo para a aprendizagem de noções matemáticas. Nesse contexto, o aluno se expressa de maneira natural e

informal, permeada de ludicidade e livre do medo e do erro. Ainda nesse ambiente são criadas oportunidades para que o aluno acione seus conhecimentos em diferentes situações comunicativas estabelecendo relações entre a linguagem usual, familiar, conceitos do cotidiano e a linguagem matemática. (REAME,2012, p.152).

Neste sentido, a autora elucida que a literatura infantil proporciona que as crianças estabeleçam relações de acordo com os seus interesses, suas curiosidades, aquilo que já sabem com conceitos matemáticos, os quais são apresentados nos livros em contextos sociais e culturais.

Reame (2012) aponta que os textos literários podem apresentar algumas imprecisões de conceitos, mas que pela forma lúdica, informal com que uma ideia é explanada através de situações que aguçam o imaginário, a fantasia ou o cotidiano infantil, se justificam. Essas imprecisões servem para estabelecer relações entre outras palavras e entre conceitos, e para a construção de um conceito maior e permanente.

A literatura infantil oferece um contexto significativo para a resolução de problemas pelo processo de investigação envolvido: seleção de informações, levantamento de hipóteses, escolha de estratégias de resolução, tomada de decisões, conexão entre diferentes conceitos, entre outros aspectos. (REAME, 2012, p. 153).

De acordo com as ideias da autora, não pode haver uma simplificação da importância e das funções da literatura, partindo apenas da adição de objetivos relacionados às ideias matemáticas. Escolher uma história só porque nela aparecem números, formas geométricas, não justifica a relação entre literatura infantil e matemática. É necessário cautela na escolha de uma história infantil no sentido da exploração literária com vínculo a outras áreas do conhecimento.

A forma como uma história é apresentada às crianças também é muito significativa. Aqui, optou-se por reproduzi-la no Datashow, fazendo as pausas necessárias, como se faz com o próprio livro, despertando a curiosidade e a imaginação das crianças em relação à próxima parte da história. Uma das sugestões dadas também foi a incorporação de recursos tecnológicos como Datashow, paint brush, youtube, site de jogos, para contribuir para o desenvolvimento e a vinculação de saberes.

Pois, desde o surgimento da humanidade o homem possui necessidade de se comunicar. Com o advento das tecnologias comunicacionais, especialmente com a Internet destaca-se mudanças significativas na forma como interagimos e nos comunicamos na sociedade. E, a educação vem a cada dia usufruindo dos artefatos dos computadores em rede para buscar formas de aprendizagem coerentes com a sociedade atual.

Segundo Rodrigues, Tarouco e Klering (2014) o uso da tecnologia na educação

possibilita o extravasamento do universo possível de interações dos ambientes tradicionais de aprendizagem.

Esse movimento de pensar e buscar estratégias em relação ao ambiente da sala de apoio pedagógico à aprendizagem, fez com a equipe diretiva, enquanto gestores refletissem acerca do seu papel, e aderissem às alternativas adequadas para atenderem os alunos e suas famílias, reforçando assim, o princípio da gestão democrática.

## Referências

BARBOSA, Laura Monte Serrat. Psicopedagogia: um diálogo entre a psicopedagogia e a educação. Curitiba: Bolsa Nacional do Livro, 2006.

BORDIGNON, Genuíno. Desafios da gestão democrática da educação: nos sistemas de ensino e nas escolas públicas. **Salto para o Futuro: Gestão Democrática da Educação**. pp. 31-39. 2005. Disponível em [www2.ifrn.edu.br/ppi/lib/exe/fetch.php?media=textos:03\\_gestao\\_democratica\\_textos.pdf](http://www2.ifrn.edu.br/ppi/lib/exe/fetch.php?media=textos:03_gestao_democratica_textos.pdf) Acesso em 15/08/2015.

BRASIL, Secretaria de Educação Especial. Linhas Programáticas para Atendimento Especializado na Sala de Apoio Pedagógico Específico. Ministério da Educação e do Desporto; SEESP. 56p (Diretrizes; 2). 1994. Documento disponível em [unesdoc.unesco.org/images/0013/001344/134414porb.pdf](http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001344/134414porb.pdf) Acesso em 02 de junho de 2015.

BRASIL, Ministério da Educação. *Ensino fundamental de nove anos: passo a passo do processo de implantação*. Brasília. 2009.

COMERLATTO, Luciani Paz. PERONI, Vera Maria Vidal. Sala-ambiente “Políticas e Gestão da Educação”: a gestão democrática na teoria e na prática. In: SILVA, Maria Beatriz Gomes da. FLORES, Maria Luiza Rodrigues (org.). **Formação a Distância para Gestores da Educação Básica: olhares sobre uma experiência no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Evangraf, 2014.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Lei federal 8.069/1990. Estatuto da criança e do adolescente. Porto Alegre.1996.

CORREIA, Luís de Miranda. MARTINS, Ana Paula. (s/d). Dificuldade de aprendizagem: que são? Como entendê-las? Biblioteca Digital Coleção Educação; Porto editora-netc. Documento disponível em [someeducacional.com.br/apz/dificuldade-de-aprendizagem](http://someeducacional.com.br/apz/dificuldade-de-aprendizagem) Acesso em 28/05/2015.

COUTINHO, Clara Pereira. Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: teoria e prática. Coimbra: Almedina, 2013.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A gestão democrática na escola e o direito à educação.



**RBPAE**. v. 23, n. 3, p. 483-495, set./dez. 2007.

E.E.E.F. Monsenhor Armando Teixeira. Proposta Política Pedagógica, 60 p. 2015.

Falcetta, A. P.; Zorzella, A. C.; Alves, E. F. & Rocha, M. M. (2014). Participação, um fundamento para a gestão democrática. In: SILVA, Maria Beatriz Gomes da. FLORES, Maria Luiza Rodrigues (org.). **Formação a Distância para Gestores da Educação Básica: olhares sobre uma experiência no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Evangraf, 2014.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. *Pedagogia da Pesquisa-Ação. Educação e Pesquisa*. São Paulo, v. 31, n. 3, p. 483-502, set./dez. 2005

GERHARDT, T. E. & Silveira, D. T. *Métodos de pesquisa. EAD – série educação a distância*. Porto Alegre: UFRGS. 2009. 120p

LOPES, Noemia. Quer um conselho? Forme um: como ter um colegiado presente e atuante com representantes de todos os segmentos da escola. 2012. Documento disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/imprima-essa-pagina.shtml?http://revista...> Acesso em: 20 de maio de 2015.

LUCE, Maria Beatriz; MEDEIROS, Isabel Letícia Pedrosa de. Gestão democrática na e da educação: concepções e vivências. In: Gestão escolar democrática: concepções e vivências. Porto Alegre: UFRGS. 2006.

OLIVEIRA, Francismara Neves de. BIANCHINI, Luciane Guimarães Batistella. PIAI, Angelica Lima. FECHIO, Mariana. SILVA, Josiele Cardoso. CARNOT, Priscila de La Torre. *Sala de apoio à aprendizagem: significações de dificuldades de aprendizagem para alunos e professores*. 2009.

OLIVEIRA, Francismara Neves de. MACEDO, Lino de. *Resiliência e insucesso escolar*. Estud. pesqui. Psicol. Rio de Janeiro, v. 11, n.03, p. 983-1004. 2011.

PAROLIN, Isabel. Pais e educadores: quem tem tempo de educar? Porto Alegre: Mediação. 2010.

PINTO, Camila Maria Augusto. LEAL, Sandra do Rocio Ferreira. Salas de apoio à aprendizagem: contribuições para o desenvolvimento da leitura e da escrita. s/d.

PRODANOV, Cleber Cristiano. FREITAS, Ernani Cesar de. *Metodologia do Trabalho Científico: [recurso eletrônico] métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico; 2ª edição*. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Documento disponível em: <file:///home/administrador/Downloads/e-book-mtc.pdf>. Acesso em 04 de fev. de 2015.

REAME, Eliane. In: **Matemática no dia a dia da Educação Infantil: rodas, cantos, brincadeiras e histórias**. São Paulo: Saraiva, 2012.

Revista Escola. Quem é e o que faz o orientador educacional. 2003. Documento disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/formacao/orientador-educacional-424364.shtml> Acesso em: 22 de maio de 2015.

RICHARDSON, Roberto Jarry. Como fazer pesquisa ação? Disponível em: [http://www.ic.ufmt.br:8080/c/document\\_library/get\\_file?p\\_l\\_id=12683&folderId=53266&name=DLFE-2406.pdf](http://www.ic.ufmt.br:8080/c/document_library/get_file?p_l_id=12683&folderId=53266&name=DLFE-2406.pdf)> Acesso em 04 de novembro de 2015.

RODRIGUES, Herik Zednik. TAROUCO, Liane Margarida Rockenbach. KLERING, Luis Roque. Incorporação das TIC à gestão escolar e a prática pedagógica: indicadores para o desenvolvimento da e-Maturity. In: SILVA, Maria Beatriz Gomes da. FLORES, Maria Luiza Rodrigues (org.). **Formação a Distância para Gestores da Educação Básica: olhares sobre uma experiência no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Evangraf, 2014.

ROSSKAMP, Solange. CORDEIRO, Aliciene. Trabalho docente nas salas de apoio pedagógico: primeiras aproximações. UNIVILLE1 e 2 Agência Financiadora: FAP – Fundo de Apoio à Pesquisa, 2012.

SALLES, Jerusa Fumagalli de. Habilidades e dificuldades de leitura e escrita em crianças de 2ª série: abordagem neuropsicológica cognitiva. 2005. Documento disponível em [www.bibliotecadigital.ufrgs.br/da.php?nrb=000453537&loc=2006&l=aa3935eb5c3a51de](http://www.bibliotecadigital.ufrgs.br/da.php?nrb=000453537&loc=2006&l=aa3935eb5c3a51de) Acesso em 28 de maio 2015.

SMOLE, Kátia Stocco. Matemática na Educação Infantil. **Pátio Educação Infantil**, 2014.

TRIPP, David. *Pesquisa-ação: uma introdução metodológica*. Educação e Pesquisa. São Paulo, v. 31, n.03, p. 443-466, set./dez. 2005.

TRISTÃO, Rosana Maria. Educação Infantil: saberes e práticas da inclusão: dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento. 4ª edição. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial. 65p. 2006. Documento disponível em [portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dificuldades-de-aprendizagem.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dificuldades-de-aprendizagem.pdf) Acesso em 26 de maio 2015.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. A escola em debate: gestão, projeto político-pedagógico e avaliação. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v.7, n. 12, p. 159-166, jan./jun. 2013.



## Apêndices

Entrevista com os alunos que frequentam a sala de apoio:

Tópicos:

O que você aprende na sala de apoio?

Por que você acha que vai à sala de apoio?

Você gosta da sala de apoio?

Gosta da professora da sala de apoio?

Qual o nome da professora da sala de apoio?

Tu te sentes diferente de seus colegas, porque vai à sala de apoio?

Questionários:

Professor Apoiar

Formação:

Tempo de Magistério:

Qual sua proposta pedagógica para sala de apoio?

Que tipos de dificuldades de aprendizagem são apresentadas pelos alunos que frequentam a sala de apoio?

Como é feito o encaminhamento dos alunos para sala de apoio?

Como é organizado o atendimento destes alunos? (duração; dias da semana)

Como e quando é feita a avaliação?

Em que momento é feita a troca de experiência com a professora titular da turma?

Professores 1º, 2º e 3º Anos

Formação:

Tempo de Magistério:

Você conhece a proposta pedagógica para sala de apoio?

Que tipos de dificuldades de aprendizagem são apresentadas pelos alunos que são encaminhados para a sala de apoio?

Como é feito o encaminhamento dos alunos para sala de apoio?

Como é organizado o atendimento destes alunos? (tempo de duração no atendimento; dias da semana)

Como e quando é feita a avaliação? Você participa da avaliação de seus alunos que frequentam a sala de apoio? Esta avaliação influencia na avaliação feita por você?

Em que momento é feita a troca de experiência com a professora que atende seus alunos na sala de apoio?

Você considera que as atividades desenvolvidas na sala de apoio pedagógico auxiliam os alunos em suas dificuldades para aprender a leitura, escrita e cálculos?

Existe uma parceria entre equipe diretiva, professor apoiador e você?

Direção e supervisão

Formação:

Tempo de Magistério:

Quando e como surgiu a sala de apoio pedagógico na E. E. E. F. Monsenhor Armando Teixeira?

Você conhece a proposta pedagógica para sala de apoio?

Que tipo de dificuldades de aprendizagem são apresentadas pelos alunos que são encaminhados para a sala de apoio?

Como é feito o encaminhamento dos alunos para sala de apoio?

Como é organizado o atendimento destes alunos? (tempo de duração no atendimento; dias da semana)

Você sabe como e quando é feita a avaliação?

Você sabe em que momento é feita a troca de experiência entre a professora que atende os alunos na sala de apoio e a professora titular?

Você considera que as atividades desenvolvidas na sala de apoio pedagógico auxiliam os alunos em suas dificuldades para aprender a leitura, escrita e cálculos?

Existe uma parceria entre equipe diretiva, supervisão, professor apoiador e professora titular?

Você, enquanto diretora considera satisfatório o atendimento dos alunos com dificuldade de aprendizagem, na sala de apoio?

**Anexo**  
Cronograma das observações

DATA	ALUNOS ATENDIDOS	OBSERVAÇÃO
1º/04	3ºS ANOS	A professora buscou os alunos na sala, um deles estava teimando, pois não queria participar do grupo. A professora explicou-lhe que seria bom para ele aprender melhor de uma forma mais individualizada. Deu para eles um desenho de uma mandala para que pintassem. Em seguida, fez alguns questionamentos sobre o que haviam sentido e o porquê das cores que usavam. A maioria dizia que gostava da cor. Pediu para que produzissem uma escrita sobre o desenho. A professora auxiliou-lhe na escrita, fazendo-os refletir sobre a mesma.
06/04	5ºs ANOS	Os alunos dos 5ºs anos vêm para o atendimento na sala de apoio no turno inverso, ou seja, de tarde. São encaminhados para sala de apoio pela professora. A professora desenvolveu com eles um texto do livro didático de Português, trabalhou leitura individual e interpretação de texto.
13/04	4ºs ANOS	Os alunos dos 4ºs anos são apenas três. A professora realizou com eles um ditado de palavras e frases. Em seguida pediu que cada um fizesse a leitura individual, fazendo-os refletindo sobre a escrita. Pode-se perceber que estes alunos apresentam bastante dificuldade na escrita e na leitura. Logo após realizou com eles um jogo de memória.
28/04	2º ANO	A profesora desenvolveu com



		<p>os alunos uma história a partir de um jogo de sequência lógica. Dividiu a turma em dois grupos para realizar a atividade. Um dos grupos discutiu bastante até que consegui finalizar a atividade de montar o jogo. Durante a escrita da história foi mais tranquilo na organização das ideias, porém na elaboração da escrita necessitaram do auxílio efetivo da professora.</p>
--	--	---

### Entrevista com os alunos da sala de apoio - individual

<p><b>O que você aprende na sala de apoio?</b></p>	<p><b>A escrever o nome dos animais, um pouquinho.</b>  <b>Respeitar os outros. Formar as letrinhas e ler.</b>  <b>Escrever, estudar.</b>  <b>Pinto. Escrevo.</b>  <b>Fazer desenho, pintar.</b>  <b>Monte de coisa, pinta, escreve o dia, escrever meu nome eu também gosto quando agente vai lá.</b>  <b>Pinto mandalas (coisas que conversa o nosso coração). Escrevo o dia, o nome, palavra, texto.</b>  <b>Escrever direito, juntar as letras.</b>  <b>Pintar bonito, ler e escrever.</b>  <b>Pintar mandala (parece cristal), fazer o nome e o dia, ler e escrever.</b></p>
<p><b>Por que você acha que vai à sala de apoio?</b></p>	<p>Aprender a ler.          Porque eu não sei ler.          Não sei.          Para aprender a ler.          Fazer umas coisas, pintar é legal.          Aprender a pintar, eles aprendem eu não consigo, mas a minha mãe tá me ensinando.          Porque ainda não consigo é muito bem ler direito, e, escrevo só duas palavras: dado e bola.          Porque não sei e não sei fazer as</p>

	<p>coisas direito.          Porque não sei ler nem escrever.          Porque eu não sei ler ainda, nem escrever, só sei fazer conta de mais, desenhar e pintar.</p>
<b>Você gosta da sala?</b>	<p>Sim.          Sim.          Sim.          Sim.          Sim.          Sim.          Tem muito silêncio.          Sim. A professora dá trabalho, coisas para pintar e o alfabeto.          Sim.          Sim.</p>
<b>Gosta da professora da sala de apoio?</b>	<p>Sim.          Sim.          É bom.          Sim.          Ela é legal.          Sim.          Sim.          Sim.          A professora é legal com nós.          Sim. A professora joga no fim da aula.</p>
<b>Qual o nome da professora da sala de apoio</b>	<p>Não sei.          Não sei.          Eu não sei.          Não sei.          Não sei.          Profe Gessi.          Gessi.          Não sei.          Gessimara.          É Gessi.</p>
<b>Tu te sentes diferente dos colegas por que vai na sala de apoio?</b>	<p>Sim. Porque eles sabem ler e o cara não.          Sim. Porque eles sabem ler e eu não.          Não. Eles não querem ir também.          Não.          Não. É bom.          Sim. Eu não consigo ler e escrever.          Sim. Caso que assim, os outros são mais espertos e eu não consigo</p>

entender muito bem.  
 Não.  
 Sim. Porque eles não vão. Eles já sabem ler.  
 Sim. Porque eu não sei ler e os outros sabem.

### Foccus group – alunos dos 5º anos que frequentam a sala de apoio – turno inverso

O que você aprende na sala de apoio?	Fazer mandalas. Ler textos e histórias. Escrever.
Por que você acha que vai à sala de apoio?	Para fazer reforço e aprender mais, ler e escrever direito.
Gosta da professora da sala de apoio?	Sim.
Qual o nome da professora da sala de apoio	Gessimara.
Tu te sentes diferente dos colegas por que vai na sala de apoio?	É ruim porque tem que vir de tarde. A professora é legal. Ensina muitas coisas, ajuda a gente naquilo que a gente não sabe. Alguns colegas riem de nós, mas sabemos que é melhor para nós assim.